

A PATRULHA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE

THE IDEOLOGICAL PATROL OF THE BOURGEOISIE: THE FORMS OF ACTION OF THE FREE BRAZIL MOVEMENT

João Elter Borges Miranda¹

RESUMO

O Movimento Brasil Livre (MBL) é uma organização que se notabilizou no Brasil contemporâneo pela sua atuação no Golpe de 2016. Foi criado em 2013, durante as Jornadas de Junho, compondo o campo da chamada nova direita. Atuou e protagonizou uma série de mobilizações, como, além do Golpe, a desocupação de escolas em 2016, participou das eleições de 2016, 2018 e 2022, apoiou as contrarreformas promovidas pelos governos Temer e Bolsonaro, dentre outras ações. Ao analisar todos esses anos, percebermos um determinado padrão em sua atuação. No presente trabalho, gostaríamos de abordar os elementos comuns no *modus operandi* do MBL durante esse processo. Dividimos tais formas em dois eixos: apropriação de signos da esquerda e propagação e validação de discursos nas redes sociais. O entendimento aqui é de que o MBL se trata de um partido voltado ao policiamento constante do Estado e dos governantes, em defesa do projeto de poder neoliberal. Tendo em vista que esse projeto é defendido pela classe dominante, o MBL atua, então, como uma “patrulha ideológica da burguesia”.

Palavras-Chave: Movimento Brasil Livre; *Modus operandi*; nova direita.

ABSTRACT

The Free Brazil Movement (MBL) is an organization that became notable in contemporary Brazil for its role in the 2016 coup. It was created in 2013, during the June Days, forming the field of the so-called new right. He acted and played a leading

¹ Doutorando em história pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na qual é mestre na mesma área. Doutorando em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7393-7115>. E-mail: recapiari636@gmail.com

role in a series of mobilizations, such as, in addition to the coup, the eviction of schools in 2016, he participated in the 2016, 2018 and 2022 elections, supported the counter-reforms promoted by the Temer and Bolsonaro governments, among other actions. When analyzing all these years, we notice a certain pattern in its performance. In the present work, we would like to address the common elements in the MBL *modus operandi* during this process. We divide these forms into two axes: appropriation of signs from the left and propagation and validation of discourses on social networks. The understanding here is that the MBL is a party aimed at the constant policing of the State and the rulers, in defense of the neoliberal power project. Considering that this project is defended by the ruling class, the MBL then acts as an “ideological patrol of the bourgeoisie”.

Keywords: Free Brazil Movement; *Modus operandi*; new right.

Artigo recebido em: 13/10/2022

Artigo aprovado em: 08/02/2023

Artigo publicado em: 24/02/2023

INTRODUÇÃO

O Movimento Brasil Livre foi criado durante as Jornadas de Junho de 2013. Após estas manifestações, foi deixado de lado. Só foi retomado diante do resultado das urnas do segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Em 2013, foi criado por uma outra organização, denominada de Estudantes Pela Liberdade (EPL), que também participou da retomada do MBL em 2014. A partir de então, passaram a integrar este uma série de novos quadros, como Kim Kataguiri, Renan Santos, ambos hoje da coordenação nacional e um dos principais quadros da organização, além de Fernando Holiday, membro famoso do MBL que se desligou em 2021, dentre outros.

No presente trabalho, resultado de pesquisa de mestrado realizada com bolsa fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), gostaríamos de abordar as formas de atuação do MBL. Embora tenham atuado em diferentes contextos, como no Golpe de 2016, no Governo Temer, nas eleições de 2016, 2018 e 2022, na desocupação das escolas, na defesa das

contrarreformas nos governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, etc, de certa maneira podemos perceber um padrão nos modos de atuação dessa organização.

De maneira geral, segundo o próprio MBL, o modo através do qual esta organização conduziu as suas pautas e reivindicações segue na linha de promover a “ocupação de espaços”. O objetivo é, ainda segundo o MBL, a “ocupação dos espaços políticos e a destruição sistemática do pensamento e da prática estatista e esquerdista ao longo dos municípios país afora”. Para tanto, entendem que “a batalha pela hegemonia política ocorrerá diariamente, e cada centímetro do campo de batalha será conquistado com muito suor e inteligência” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p. 24-25).

O EPL, do qual se originou o MBL, também entendia que havia uma espécie de hegemonia da esquerda nos espaços públicos. Mas, no caso do EPL, dado o fato de sua atuação estar enfocada nas instituições de ensino, principalmente, a universidade, o problema da suposta “hegemonia de esquerda” tinha como campo de batalha este espaço. O MBL, contudo, reforça a percepção de que essa hegemonia estava para além dos muros da universidade e que deveria ser combatida, por isso, nos outros espaços, como as câmaras legislativas municipais, nas ruas no sentido da convocação de protestos, no congresso federal e, acima de tudo, no Executivo. Tais espaços, supostamente dominados pela esquerda, deveriam ser ocupados, sendo uma das principais ferramentas, para tanto, as redes sociais, nas quais não havia uma presença substancial da esquerda. O esforço em realizar o enraizamento do pensamento neoliberal seria conquistado pelo MBL, assim, nos espaços vazios deixados pela esquerda, no sentido de, gradativamente, tomar aqueles em que a esquerda estava, com destaque para a sociedade política, ou, noutras palavras, o Estado em sentido restrito.

Nesse processo de *ocupação*, a atuação do MBL ao longo do recorte de 2013 até 2019 foi perpassada por algumas fases e objetivos gerais, segundo Fernando Holiday. O coordenador nacional aponta em entrevista ao *LeiaJá* que a história do MBL no

período foi perpassada por três fases: o MBL 1.0 seria aquele em que seus protagonistas tiveram como objetivo-mor a derrubada de Dilma; o MBL 2.0 tornou-se uma plataforma de promoção de candidatos nas eleições de 2016 e 2018; finalmente, o MBL 3.0, lançado em meados de 2019 no seu quinto Congresso Nacional², tem um enfoque diferente, dedicado a “autocrítica” e a ter um “diálogo maior com quem pensa diferente”. Ainda segundo Holiday, “acreditamos que é possível debater de forma civilizada, a ideia é chamar para ambiente nosso, figuras que discordam da gente, de esquerda, e debater com essas pessoas sem hostilidade e baixaria” (MBL NÃO DEVE TER CANDIDATOS EM 2020, 2019).

De fato, como apontamos anteriormente, no seu primeiro congresso nacional o MBL passa a, oficialmente, visualizar as eleições como mecanismo de *ocupação de espaços*. E, realmente, passaram a disputa-las nos anos seguintes, transformando a organização em uma plataforma de projeção política de quadros à sociedade política. Contudo, após o quinto congresso, realizado em novembro de 2019, disputaram também as eleições de 2020 e 2022, indo na contramão do que afirmou Holiday, de que não lançariam candidatas e candidatos. Além disso, o fato de o processo de derrubada de Dilma ter chegado ao fim não significou que as ações realizadas no período de 2014 a 2016, de constantes ataques à esquerda, tenham cessado. Pelo contrário, intensificou-se ainda mais, sendo o caso de difamação de reputação da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, um exemplo cabal disso.

Para alcançar esses objetivos gerais de *ocupação de espaços*, adotam uma série de formas de atuação que, não raro, são utilizadas ao mesmo tempo. Gostaria de destacar

² Os Congressos Nacionais do MBL ocorrem todos os anos no mês de novembro, nos quais realizam um balanço de sua atuação e projetam novos objetivos. Convidam para o evento políticos da direita e extrema-direita, além de intelectuais orgânicos desses campos, como Paulo Guedes, o empresário Hélio Beltrão, Luiz Felipe Pondé, o empresário Flávio Rocha, João Doria Jr., etc. Congressos Estaduais também ocorrem, mas não necessariamente são realizados anualmente. Dependem do grau de organização e amadurecimento da célula estadual do MBL para acontecer e do apoio da coordenação nacional. Neles também são feitos balanços, projeções e mesas com convidados.

três formas, quais sejam: apropriação de signos da esquerda e a propagação e validação de discursos nas plataformas digitais. São formas que possuem as suas idiossincrasias, mas que estão interconectadas. A divisão aqui em tópicos é, assim, para objetivos didáticos.

Para realizar a pesquisa, adotamos como fontes as publicações realizadas no *Facebook* pela página nacional do MBL. Fizemos o download das publicações realizadas no período de junho de 2013 até dezembro de 2019. Organizamos esse material em ordem cronológica crescente: publicações diárias, mensais e anuais. Em seguida, realizamos a análise de conteúdo desse material, classificando-o em três grupos: publicações feitas em ataque à esquerda, propaganda neoliberal e divulgação das ações do MBL em movimentos de rua. Adotamos conteúdos dos três grupos e buscamos realizar um contraponto à narrativa do MBL com a bibliografia especializada, com autores como Flavio Casimiro, e também por meio de reportagens realizadas pelos grandes veículos de mídia, como a Folha de S. Paulo. Esperamos, através dessa metodologia, visualizar o *modus operandi* do MBL, sem deixar que possíveis inverdades propagadas pela organização sejam concebidas como verdades. Compreendemos que é fundamental, ao se analisar organizações da nova direita, não adotar o discurso que defendem e publicizam sem realizar a devida análise crítica, baseada em referenciais teóricos e outras fontes, como as jornalísticas e as abordadas por outras pesquisadoras e pesquisadores.

APROPRIAÇÃO DE SIGNOS DA ESQUERDA

A adoção no documento do termo “ocupação” é uma apropriação de um termo adotado pela esquerda, comumente, para designar ações que advogam o direito ao que foi expropriado, como o direito à moradia e à terra. Ações nesse sentido promovidas por setores da esquerda são interpretados, na ótica do MBL, como uma invasão, ou roubo de propriedade privada. Já as ações perpetradas por essa organização

no sentido de integrar e alçar um maior alcance no Estado são denominadas como “ocupação”. O MBL faz isso para atribuir legitimidade a sua atuação.

A apropriação de termos e símbolos da esquerda é algo recorrente na atuação do MBL, como é o caso do uso da expressão “Não vai ter golpe” em seu documentário de título homônimo. A expressão foi comumente usada por setores da esquerda durante o processo de golpe contra o governo de Dilma Rousseff.

A apropriação pela direita de elementos da esquerda é, historicamente, algo comum não só no MBL, como também noutras organizações e setores da direita. O caso clássico de disso, acompanhado de profunda ressignificação, é da categoria “socialismo” e das cores vermelhas adotadas pelo partido nazista, que adotou a expressão “nacional socialismo”.

Os exemplos de apropriações como essa vão ao infinito, mas um que mais está relacionado com o MBL é o caso do *Vem Pra Rua*. Esta organização, que também participou da mobilização de protestos e outros tipos de ações realizadas em prol da queda de Dilma, “buscou inspiração” para o seu nome no grito de manifestantes das Jornadas de Junho usado para mobilizar mais pessoas às ruas para protestarem contra o aumento da tarifa. Símbolos das Jornadas, como o Movimento Passe Livre (MPL), que “inspirou” o MBL, ou o Vem Pra Rua, são, dessa forma, apropriados, porém, com outro viés.

Outro elemento preponderante na atuação partidária do MBL que reflete essa constante apropriação de elementos da esquerda é o seu incansável esforço em capturar a aura anti-sistêmica característica da juventude, o que, tradicionalmente, é um aspecto importante das esquerdas. Essa apropriação se expressa de diferentes maneiras, desde as formas de vestimentas das e dos intelectuais presentes no MBL, até na estética das publicações nas redes sociais. Procuram, dessa maneira, reforçar a identidade *cool*, adjetivo de origem inglesa que significa ser “legal”, através de elementos da, dentre outras, cultura *hipster*, *rock*, *pop*, dentre outras, as quais, por sua vez, é composta por jovens adultos associados a músicas e gêneros alternativos. Calças

justas, camisa xadrez, óculos *Ray-Ban*, sapatos de couro ou *all-star*, são alguns destes elementos, comumente associados como símbolos de rebeldia e ligados à esquerda, mas que são apropriados pelo MBL. Isto não é feito de forma espontânea, mas sim de maneira deliberada com o intuito claro de conquistar maior apoio da população jovem, aumento o seu alcance nas redes sociais, os seus recursos financeiros, número de quadros, etc.

De camisa xadrez de manga curta, bermuda cargo e meias brancas, Kataguirí recebeu a *Istoé*, nas vésperas da série de manifestações que ocorreriam em 15 de março de 2015. Na entrevista, disse que quer “mostrar que é possível ser jovem, liberal e legal”. Para tanto, o partido realiza postagens satíricas nas redes sociais. “É como se fosse uma linguagem de esquerda só que defendendo os valores certos”, afirmou o coordenador nacional do MBL (BARBOZA, 2015).

A apropriação de signos relacionados à rebeldia, à estética jovem e moderna, se faz muito presente no primeiro momento da atuação do MBL, evidentes a partir de novembro de 2014, quando ele estava se apresentando enquanto organização mobilizadora de manifestações e *apartidária*. Essa estratégia comunicativa visa superar o estigma de que a direita é convencional, antiquada, ultrapassada e propagada por homens de meia idade, brancos e grisalhos. O MBL, com essa postura, queria afastar da direita a imagem da equipe ministerial do governo de Michel Temer, predominantemente branca, masculina e sem a presença de jovens.

Como afirmou outro coordenador nacional do MBL, Alexandre Santos, em entrevista à Revista Piauí, “eu vou a festas boas, tenho amigos gays, negros, artistas. Dá para ser legal sem votar no PT ou no PSOL” (ANTUNES, 2015). Procuram, assim, assumir para si mesmos a aura de descolados, rebeldes, antissistemas. Entretanto, diante do fato de o MBL ser um defensor radical da agenda neoliberal, a qual, por sua vez, é propagada, fermentada e aplicada pela burguesia através de seus aparelhos – o que promove a manutenção do *status quo* – evidencia que, na realidade, esse partido é um antissistema conservador, um subversivo sem subversão.

Outro caso emblemático em que os representantes do MBL procuram assumir para si e para o partido a *aura* rebelde fica visível noutra entrevista, oferecida por Kataguirí, em 2016, quando assumiu uma coluna na *Folha de S. Paulo*. Na ocasião, Kataguirí posa para a jornalista sem sapatos, de meias, com o intuito claro de deixar registrado a identidade de *desajustados*, como se autodefinem em uma autobiografia do movimento, publicada em 2019, intitulada “Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: A origem”.

É interessante observar que essa postura de “desajustado” vai coabitar com outra a partir de 2015, quando integrantes do partido procuram se aproximar de parlamentares da Câmara Federal, de modo a convergir apoio à pauta do *impeachment* e pressionar o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a por esta pauta em votação. Percebe-se nesse momento um esforço de profissionalização da organização, apresentando-se como um movimento de jovens, mas organizado, com pautas bem definidas, registro institucional – o qual, por sua vez, será realizado ainda no ano de 2014. Em novembro de 2015, quando oficialmente estabelecem que vão participar das eleições, este esforço de amadurecimento é ainda mais solidificado. Podemos verificar esta transformação na estética na própria forma como os seus principais integrantes passam a se apresentar à grande mídia nos anos seguintes.

Ambos signos, do MBL *rebelde* ao MBL *institucional*, passam a coabitar a estética das produções e atuações do partido. O MBL passa, assim, por fases em sua atuação, mudanças que são resultado da adaptação do partido à conjuntura, de modo a melhor promover os seus pressupostos e, assim, conquistar crescentemente mais espaços para o campo neoliberal e, mais do que isso, em prol da projeção pessoal de cada um dos integrantes da coordenação nacional. Para tanto, realizam constantemente diagnósticos e constituem proposições, tanto de âmbito geral, quanto tópicos, sendo os seus congressos nacionais os espaços privilegiados para isso.

O entendimento aqui é que, diante da grande visibilidade que o MBL alcançou a partir de novembro de 2014, chegando ao seu auge em 2015 – quando, conjuntamente

com o Vem Pra Rua, Revoltados Online e outras organizações, levaram às ruas milhões de pessoas, muitas delas vestidas de verde e amarelo, em defesa da queda da então presidenta –, o partido assume o papel de plataforma de projeção política de quadros à sociedade política, via eleições, dentre outros meios, como o caso dos cargos comissionados. Trata-se de um movimento que percorre de forma significativa uma série de aparelhos da nova direita. Isto é, a passagem gradativa de uma atuação no âmbito da sociedade civil, para a sociedade política. Isto, por sua vez, está em consonância com a tese a respeito da nova direita defendida pelo historiador Flavio Casimiro, para o qual a característica da nova direita, diferenciando-a da “velha direita”, seria o *modus operandi*, que, por sua vez, se materializa por meio de aparelhos da burguesia. Estes aparelhos, crescentemente, passam a integrar o Estado em sentido restrito, isto é, a sociedade política. Ou seja, passam de uma atuação unicamente na sociedade civil, para atuarem também na sociedade política. Paulatinamente, tais aparelhos ganham projeção, vão radicalizando-se e promovem a instrumentalização, objetivação e reprodução de seus projetos e valores em diversos meios, de forma que os seus interesses tomem amplitude e intensidade no Estado (CASIMIRO, 2018).

A atuação do MBL, por sua vez, vai nesse sentido de, paulatinamente, ocupar o Estado, no âmbito da sociedade civil, com o intuito de constituir o consenso no que concerne o seu projeto neoliberal; e, também, no âmbito da sociedade política, na qual podem atuar ainda no processo de reconfiguração da ossatura estatal por meio de projetos de lei, emendas, dentre outros meios. Assim como Casimiro, partimos do entendimento de que a sociedade política e a civil compõe o Estado. Trata-se do conceito que o filósofo italiano Antonio Gramsci propõe para o Estado, compreendendo como integral. No início do século XX, este filósofo marxista apontará que o Estado não se restringe aos seus organismos administrativos. Tais organismos comporiam a sociedade política, a qual, por sua vez, seria composta pelos políticos, pelos funcionários públicos, etc. O Estado também compreende e abarca a sociedade

civil. A separação do Estado entre essas “sociedades”, por sua vez, tem unicamente caráter didático.

A sociedade civil é, por sua vez, definida como o conjunto de indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia (APHs), aparelhos que são o cerne da ação/pressão política consciente, dirigidas a certos objetivos. Já a sociedade política é identificada pelo conjunto de aparelhos e agências do poder público, o corpo de funcionários, leis e normas, denominados em seu conjunto como o “Estado em sentido restrito”³.

Além do caráter repressor do Estado, adotado para coibir a organização da classe trabalhadora – em benefício da classe burguesa –, através da retirada de direitos, repressão a manifestações, dentre outros meios, Gramsci aponta que também existe a ação que se dá pela constituição do consenso, via *cultura*. A cultura é entendida em sentido amplo, integrando as concepções e visões de mundo, valores, crenças, auto-percepções de seu lugar na sociedade – desenvolvidas a partir da organização e atuação dos seus aparelhos privados de hegemonia (APHs) ou de contra-hegemonia. Os APHs são aparelhos que possuem o objetivo de difundir a ideologia dominante. Nesse sentido, não há ideologia dominante sem a atuação desses aparelhos, as quais detêm autonomia, para o qual o ingresso é voluntário – pressupondo identidade de classe –, e têm como objetivo manifestar e constituir base material própria, desde que seja na perspectiva de legitimar os interesses da classe dominante. Não se trata da reprodução do discurso dominante, mas sim a imbricação entre a ideologia dos “de cima” com as dos “de baixo”, constituindo ideias e projetos que, no fim das contas, são parte integrante das relações da sociedade civil.

Nas palavras de Gramsci (2007, v. 3. p. 119), “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente”.

³ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

Trata-se, portanto, de um conceito de Estado que engloba tanto a sociedade civil quanto a sociedade política denominado por Gramsci de Estado *Integral*, sendo “possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2007, p. 37). Assim, consenso e coerção, as duas metades do Leviatã hobbesiano, as duas metades do Centauro maquiaveliano, são as frentes de ação do Estado integral através dos seus respectivos “aparelhos”, organizados no interior da sociedade civil e do Estado *stricto sensu*. Além da sua função coercitiva, portanto, o Estado possui também a da construção do consenso, sendo o território de ambos exercícios a sociedade civil, sobretudo.

O MBL enquanto aparelho privado de hegemonia vai atuar nesse sentido de promoção do consenso, realizando doutrinação ideológica. Algo que essa organização promove não só no âmbito da sociedade civil, como também da sociedade política, de acordo que ganha maior projeção, musculatura e capilaridade, espalhando-se para todas as regiões do país, com projeção nacional e internacional.

Nesse processo, acompanha também a trajetória do MBL o esforço em reforçar que não fazem parte da elite brasileira. Como afirmou Renan Santos em entrevista ao *El País*, “Este [MBL] não é um movimento da elite, é uma revolução de quem trabalha e paga impostos, do pipoqueiro ao cara da classe média tradicional” (MARTÍN, 2014). Kim Kataguiiri, em seu primeiro discurso enquanto deputado federal na Câmara dos Deputados, apresentou-se como filho de metalúrgico e de dona de casa. Afirmou que não tem “origem de *play boy*, como as esquerdas adoram dizer”. E continuou dizendo que não é só filho de rico ou de milionário que defende o liberalismo (KATAGUIRI, 2019).

Dessa maneira, procuram se distanciar da chamada “velha direita”, ou, noutras palavras, da “direita tradicional”, geralmente associada aos integrantes históricos de partidos como o PSDB. Ao mesmo tempo, imputam à esquerda o papel de defensora e integrante da ordem, da “velha política”.

PROPAGAÇÃO E VALIDAÇÃO DE DISCURSOS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

O reforço desse estigma em relação à esquerda, assim como a defesa da ideologia neoliberal e seus marcos programáticos, é realizado pelo MBL por alguns mecanismos, com destaque para as plataformas digitais. Reproduzem, assim, a estratégia de superar a hegemonia da esquerda, que supostamente estaria nas instituições, ocupando espaços, tendo como ferramenta principal as redes digitais. Essa estratégia também foi recomendada e usada pelo EPL em seu *Manual para Embaixadores* (OSTERMANN; TORRES; MENEZES, 2012). No momento, gostaríamos de refletir a respeito das formas de atuação do MBL no interior desses mecanismos.

Concordando com Helena Martins, tais plataformas digitais caracterizam-se

por conectar diferentes grupos (como anunciantes e consumidores), funcionar a partir da captura e da utilização de dados pessoais (informações como localização e perfis dos participantes daquela relação) e de forma automatizada, em geral organizada por meio de algoritmos (MARTINS, 2020, p. 16).

Em tais plataformas a organicidade e engajamento são conquistados através da propaganda, sendo a propagação e socialização dos seus preceitos ideológicos através de um conjunto de ferramentas de publicização, as quais são ordenadas em um fluxo constante de informações propagadas em diversos meios – em especial, pelas redes sociais. Este fluxo, em constante diálogo com o senso-comum do público ao qual se dirige, é “uma condição necessária para sua validação e socialização, construindo, também, um ciclo constante e auto-regenerativo: conhecimento – publicidade – opinião pública – novo conhecimento” (BARRETO, 1998, p. 123).

Enquanto que os mecanismos tradicionais de comunicação e interação pela informação possuem características marcantes sedimentadas há cerca de 70 anos, a

comunicação eletrônica transforma estruturalmente esse fluxo de informação. Diante de um mundo que passa por um acelerado desenvolvimento tecnológico, ao ponto de as marcas mais valiosas na atualidade serem do setor de tecnologia⁴, estão cada vez mais diluídas as fronteiras entre telecomunicações, radiodifusão e informática. Estas mudanças estão atreladas com o processo de reestruturação capitalista que tem como preambulo a década de 1970, o qual tem propiciado a perpetuação do sistema

apesar de suas contradições e de forma ainda mais perversa, que se apresenta agora com a roupagem da sociedade neoliberal, baseada no individualismo, na expansão e imposição da lógica empresarial como forma de vida e em um ambiente de competição generalizada (MARTINS, 2020, p. 17-18).

Esse processo não ocorre de forma similar ao redor do mundo, mas sim de maneira desigual e combinada. A condição de dependência sob a qual os países latino-americanos se inserem na divisão internacional do trabalho tem como herança o atraso tecnológico que impactam a participação dos mesmos na dinâmica capitalista. Consequentemente, “países mais ricos desenvolvem e vende tecnológicas. O trabalho, além de mais intelectualizado, é mais bem remunerado”. Enquanto isso, os países pobres são submetidos a condição de comprar o que aqueles projetam, ainda que participem do processo de elaboração e de produção desses produtos. O Brasil, subjugado ao papel de “celeiro do mundo”, com uma economia “extremamente dependente da exportação de produtos primários, o que gera danos sociais e ambientais, é outro fator que ilustra que não há igualdade na troca entre os países”. Essa desigualdade também se revela por meio de dados como o “fato de 30% da

⁴ Dados da *Forbes* apontam que as cinco marcas mais valiosas em 2020 são Apple, Google, Microsoft, Amazon e Facebook. Mas, “enquanto as quatro primeiros [sic] mantiveram ou aumentaram seu ritmo de crescimento, o Facebook caiu. De fato, o valor da marca da rede social diminuiu 21% entre o ano fiscal de 2018 e o ano fiscal de 2019”. AS 10 MARCAS MAIS VALIOSAS DO MUNDO EM 2020, SEGUNDO A FORBES. IBE – Fundação Getúlio Vargas. 2020. Disponível em: <https://www.ibe.edu.br/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2020-segundo-a-forbes/>. Acesso em: 26 jan. 2020.

população não ter acesso à internet, situação que piora entre as pessoas mais pobres e em meio às que vivem nas áreas rurais” (MARTINS, 2020, p. 18-19).

Ainda assim, a internacionalização do capital “por meio da atuação de corporações transnacionais e sua tentativa de homogeneização do mundo” se faz presente, sendo a expansão da internet outro fator elementar nesse processo (MARTINS, 2020, p. 19). Tradicionalmente, o fluxo de informações seguiria os principais pontos: unidirecionamento, em que o “receptor da informação tem acesso a um estoque de informação a cada interação, ou a cada tempo de interação e o receptor tem acesso a um acervo físico por vez, seja na biblioteca, no arquivo ou no museu”; a estrutura da informação, em sua totalidade, possui a mesma característica, sendo ou “uma estrutura textual com figuras, mas de estrutura linear, ou um objeto, som ou imagem”; existe sempre o processo de mediação realizado por um profissional de interface para o receptor; ocorre ocultamento da informação ao longo do encadeamento interno dos eventos, seguido por protocolos que se “verificam em várias fases da organização interna da informação”; existe o “julgamento da relevância da informação recebida”, o que é feito “pelo receptor sempre em uma condição *ex-post* após a sua interação com o fluxo de informação” (BARRETO, 1998, p. 125).

Já na comunicação eletrônica a interação do receptor é diferente, pois este “deixa a sua posição de distanciamento alienante em relação ao fluxo de informação e passa a participar de sua fluidez como se estivesse posicionado em seu interior. Sua interação com a informação é direta, conversacional e sem intermediários”. O tempo de interação com a informação também é modificado, em um mundo em que a internet o faz cair para zero. Em consequência, “essa velocidade de acesso e uso o coloca em nova dimensão para o julgamento de valor da informação; o receptor passa a ser o julgador de relevância da informação acessada em tempo real, no momento de sua interação e não mais em uma condição *ex-post*”. Outra mudança é com relação a estrutura da mensagem, que “em um mesmo documento o receptor pode elaborar a informação em diversas linguagens, combinando texto, imagem e som”. Por fim, outro

efeito causado pela comunicação eletrônica é com relação a dimensão do espaço de comunicação, o qual é ampliado “por uma conexão em rede”, na qual “o receptor passeia por diferentes memórias ou estoques de informação no momento de sua vontade” (BARRETO, 1998, p. 123).

De fato, é perceptível essas transformações na era da comunicação eletrônica, permeada por tribos e comportamentos de manada, em que a busca por *cliques* e compartilhamentos condiciona fundamentalmente a produção da informação. Sendo o seu efeito contrário, de cancelamento, produtor de efeitos deletérios imediatos, como a perda de seguidores nas plataformas, como as redes sociais.

Apesar dessas mudanças, velhos problemas, que atravessaram as plataformas de comunicação tradicionais, ainda persistem. Concordando com Martins, os donos da mídia, sejam eles de origem nacional ou internacional, seguem atuando em prol do desenvolvimento capitalista, assim como em defesa de interesses privados. Segundo Martins, o fato de “haver um alto índice de concentração midiática, nos meios tradicionais e também na internet, faz com que a diversidade de ideias e opiniões seja pequena, o que reforça o poder de poucos grupos disseminarem suas visões de mundo”. É através de uma construção cotidiana que isso ocorre, mais especificamente “quando a mídia define quais são e como devem ser abordados os temas relevantes para a discussão coletiva e na forma como apresenta e se coloca diante de demandas da população junto aos governos” (MARTINS, 2020, p. 20-21).

A rapidez e a qualidade do posicionamento do MBL dependem da velocidade com que se processam os eventos e são eleitos pelos conglomerados de mídia como as temáticas a serem debatidas. O que confere legitimidade a isso é a “opinião do público a quem se direciona o conhecimento”, sendo esta a “condição de reingresso no fluxo de informação e conhecimento” (MARTINS, 2020, p. 20-21). Na era da comunicação eletrônica o instrumental da tecnologia fornece a infraestrutura para “transformações associadas à interação individual com as memórias de informação e a conectividade aos diferentes espaços de acessos à essa informação”. Não raro, devido às

especificidades que pode assumir esse tipo de interação, constitui-se “uma intencionalidade tribal na publicidade dos fatos e ideias” (BARRETO, 1998, p. 124).

Outro modo através do qual o MBL busca criar legitimidade à sua narrativa é a aparência de “verdade socialmente aceita” impressa pela replicação dos conteúdos de forma massiva, capilarizada por inúmeros instrumentos, dentre eles uma rede de apoio simultâneo nas redes sociais. Segundo o *Monitor do Debate Político no Meio Digital*, “as informações trafegam em *links* de sites de notícias, mas o semeamento e parte da difusão se dão por meio de páginas políticas engajadas”. Diante disso, o *Monitor* definiu um “ecossistema de páginas e sites como a interação dedicada na qual uma página ou conjunto de páginas se dedica a divulgar um site ou conjunto de sites que, por sua vez, são difundidos predominantemente por aquelas páginas” (MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL, 2018).

Esse conjunto de páginas atuava, através de compartilhamento mútuo de *links* para *websites* e *blogs*, no sentido de propagar e validar as posições do MBL e de seus líderes (FREITAS FILHO, 2019, p. 18); atuava, ainda, através do compartilhamento mútuo de publicações como os *memes*. Esse ecossistema, contudo, encontra-se hoje modificado, pois no ano de 2018, o *Facebook* retirou do ar várias páginas usadas pelo MBL. Ao todo, foram 196 páginas e 87 contas, dentre as quais estavam *Jornalivre*, *Brasil 200* e *O Diário Nacional*. Também foram retiradas do ar páginas regionais do MBL (de Caraguatatuba, Jacareí, São José dos Campos e Taubaté), além da “Salsicha MBL”, apelido do coordenador nacional Alexandre Santos. As contas foram removidas da rede “porque ‘escondiam das pessoas a natureza e origem de seu conteúdo’ e tinham o propósito de gerar ‘divisão e espalhar desinformação’” (SALGADO, 2018).

Uma das razões para essa série de páginas no *Facebook* terem sido retiradas do ar é a propagação de desinformação, notícias estas popularmente denominadas de “*fake news*”. Desde a votação do referendo do Brexit⁵, no Reino Unido, e a eleição de Donald Trump à presidência, nos EUA, em 2016, o debate acerca de “*fake news*” tem ganhado espaço. A prática de propagar notícias falsas, contudo, não é uma absoluta novidade. Pelo menos, vem desde o século 6, segundo o professor emérito da Universidade de Harvard Robert Darnton, em entrevista à *Folha de S. Paulo* (VICTOR, 2017).

Contudo, diante da “profunda alteração das formas de produção e consumo de informação, provocada pelo uso comercial da internet, a partir da década de 1990, pelo avanço da digitalização da comunicação e pela ascensão dos sites de redes sociais digitais, a expressão *fake news* tem se ressignificado e se popularizado” (OLIVEIRA, 2020). Em 2016, por conta do Brexit e das eleições nos EUA, o assunto irrompeu no debate. No Brasil, isso aconteceu, principalmente, a partir de 2018, no contexto das eleições federais, quando uma série de notícias falsas foi propagadas em benefício à candidatura de Jair Bolsonaro.

O termo “*fake news*” é evitado pelo relatório do *High Level Expert Group on Fake News and Online Disinformation* (HLEG), criado pela Comissão Europeia. Evitam usá-lo porque, argumentam, o termo não só não é adequado, como também é insuficiente para denominar em sua completude o abrangente e complexo sistema de desinformação que envolve o conteúdo dessas publicações, as quais podem desinformar mesmo não sendo completamente falsa, ou não sendo falsa. Argumentam também que as formas utilizadas podem compreender muito mais do que “notícias”,

⁵ O Brexit (siglominização na língua inglesa que uni “british” e “exit”, respectivamente, “britânico” e “saída”) foi um plebiscito que aconteceu em junho de 2016 sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação terminou com a vitória para os que eram favoráveis à saída. O referendo foi proposto pelo Partido Conservador, através de um manifesto que pedia um referendo, o qual foi apresentado ao Parlamento do Reino Unido.

englobando também fabricação de memes, edição de vídeos, segmentação de público, distribuição automatizada de conteúdo, etc (EUROPEAN COMMISSION, 2018).

Diante disso, Claire Wardle, integrante do HLEG e editora do *First Draft*, projeto que luta contra a *misinformation* (difusão involuntária de informação falsa) e contra a *disinformation* (citação e difusão deliberada de informações falsas), aponta que “*fake news*” se trata de um termo insuficiente para denominar o que ocorre. Primeiro, porque o formato adotado para a desinformação ultrapassa o de notícias, pois, como apontou o relatório do HLEG, podem ser disseminadas inverdades através de *memes*, vídeos, etc, evidenciando que se trata, na realidade, de todo um ecossistema de desinformação. Segundo, porque o termo falso é insuficiente para descrever a complexidade de disseminação inadvertida de informações falsas e criação e disseminação de informações sabidamente falsas (WARDLE, 2017).

Para Hunt Allcot e Matthew Gentzkow a motivação principal para a propagação deliberada de desinformação é financeira e ideológica. Os *modais de desinformação* (notícias, *memes*, vídeos, etc), ao serem amplamente divulgados nas plataformas digitais, geram visibilidade para os veículos produtores e, possivelmente, por meio disso tais veículos podem conseguir retorno financeiro com publicidade. Os modais de desinformação podem, ainda, serem utilizados para atacar adversários, desacreditando-os, promovendo *assassinato de reputações*, o que pode gerar vantagem política e, por isso, a disseminação de desinformação tem também motivação ideológica (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Uma das maneiras através das quais o MBL dissemina desinformação é por meio do compartilhamento de *links* de sites, como os oriundos do *Ceticismo Político*, *Jornalivre* e *O Diário Nacional*. Mas, não se limitavam a isso. Ex-colaboradores do MBL, em entrevista ao portal *UOL*, afirmam que o partido orientava ataques na internet. Autores de blogs que ganharam destaque entre 2017 e 2018 graças ao MBL “dizem que o conteúdo publicado nesses sites era produzido a partir de orientações do grupo para atacar adversários”, aponta a reportagem do *UOL* (TOLEDO, 2019).

Roger Roberto Dias André, mais conhecido como Roger Scar, editor-chefe do blog *Jornalivre*, o qual existiu entre 2016 e 2018, e que era amplamente compartilhado nas redes sociais do MBL, afirma que “embora eu não publicasse notícias falsas no *Jornalivre*, membros do MBL frequentemente nos pediam para fazer isso. Em alguns casos, eles mesmos, com acesso ao site, publicavam estas notícias, que eu tratava de excluir assim que descobria”. Este relato de Roger Scar trazido pelo *Uol* advém de uma carta enviada pelo editor do *Jornalivre*. Nela, Scar conta que a criação do blog e o seu comando estava a cargo de Luciano Ayan, o qual também mantinha o blog *Ceticismo Político*. A função de Ayan no *Jornalivre*, segundo Scar, era de intermediário entre este blog e o MBL (TOLEDO, 2019). Ficará a cargo das futuras pesquisas a verificação se essa informação procede.

Relata Scar que “quando o MBL tratava com alguém, [...] o Ayan chegava com ‘a ordem do dia’. Naquele dia, ele queria que a gente buscasse qualquer coisa útil para publicar contra o Rodrigo Maia, e não precisava ser nada comprovado”. Após algum tempo, “às vezes eram dias ou apenas horas, e o MBL fazia as pazes com o Maia. Então, ele pedia para cessar os ataques”. Essa forma de pressão sobre personalidades do meio político não ficou restrita ao Rodrigo Maia. Uma série de outros casos aconteceram com aqueles que atuavam de modo contrário aos interesses do MBL, seja à direita, ou à esquerda. Os ataques a personalidades de esquerda, contudo, são mais frequentes.

Scar afirmou à reportagem do *UOL* que no início recebia R\$ 700 por mês para escrever textos no blog, mas algum tempo depois, esse valor subiu para R\$ 2.000 e também começou a receber remunerações advindas da receita de anúncios realizados no site. Os pagamentos eram realizados por Ayan. No fim de 2017, Ayan e Renan Santos começaram a pressioná-lo para que publicasse no *Jornalivre* textos em apoio à então pré-candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Scar afirma que rejeitou a ideia e, por isso, Ayan e o MBL teriam decidido criar outro blog, originando *O Diário Nacional* (TOLEDO, 2019).

Uma das principais colaboradoras do *O Diário Nacional* era Francine Galbier, segundo a qual recebia remuneração pelos textos que fazia – os pagamentos eram feitos por Ayan – e recebia instruções diretas sobre o que deveria estar no texto. Afirmou Galbier ao *UOL* que “quem orientava as publicações em ambos os sites era o Luciano Ayan, além de pessoas do próprio MBL”, dentre elas destaca Renan Santos, “que pedia conteúdos a serem publicados nesses blogs, uns atacando adversários políticos do movimento e outros destacando ações de membros do MBL” (TOLEDO, 2019).

O MBL, em resposta às acusações, afirmou que as declarações de Scar são “caluniosas e mentirosas”. Renan Santos, em contato com o *UOL*, afirmou que a relação do MBL com Ayan sempre foi de amizade, e que “esses blogs sempre foram de Ayan”. Santos afirmou que possui com Ayan “uma relação de amigo, de muito tempo, de 2014”. O coordenador nacional do MBL disse ainda que Ayan “tinha a nossa rede à disposição pra divulgar o site de notícias dele”. É óbvio que rolou: ‘pô, foca nisso aqui!’ Mas o controle editorial era todo dele” (TOLEDO, 2019).

Ayan afirmou à reportagem que reconhece que publicou notícias falsas. “Existe, sim, nesse agito, de você publicar uma informação falsa. Isso aconteceu umas duas ou três vezes. Em alguns casos, eu fui além da conta”, afirmou Ayan. Embora concorde que tenha publicado notícias falsas, entende que, “nas entrevistas (no ano passado), quando eu estava brigando com a mídia, eu cai na alma de repórteres. Mas não no nível de linchamento”. A respeito da relação com o MBL, afirmou ser uma “relação forte”, através do qual procura ajudar com “questões relacionadas a estratégias e narrativas, como lidar com deputados, na pressão”. Segundo Ayan, “o MBL inovou muito na linguagem de *memes*. Eu ensinei a eles algumas coisas de guerra política, e eles me ensinaram sobre redes” (TOLEDO, 2019).

Tendo em vista o grande alcance que possuíam as redes sociais do MBL, a propagação de *links* pelas páginas do partido aumenta consideravelmente o alcance e o número de visualizações desses blogs. O MBL, contudo, não se limitava a isso para

que as suas publicações fossem compartilhadas amplamente. Adotava ainda uma extensão que era oferecida pelo *Facebook* chamada *Voxer*. Através dela, o MBL enviava uma mensagem direta aos seguidores pedindo ajuda para aumentar o alcance das publicações do partido. Aquelas e aqueles usuários que clicaram no botão, autorizaram o MBL a realizar publicações automáticas em seu perfil na rede social. O MBL podia fazer até duas publicações por dia através do *Voxer*, o qual foi desativado pelo *Facebook* após reportagem do jornal *O Globo* que traçou o caminho das notícias falsas propagadas contra a vereadora Marielle Franco (FLORES, 2018).

O caso de *fake news* contra Marielle ilustra como opera essa “relação forte” entre Ayan e o MBL. A reportagem do *O Globo*, que contou com dados colhidos pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo, traçou o caminho das *fake news* de maior repercussão sobre o assunto. Através disso, revelaram que um dos principais *links* de difusão de notícias falsas sobre Marielle era do *Ceticismo Político*. A execução da vereadora, assassinada ao lado de seu motorista, Anderson Gomes, que também foi morto, ocorreu numa quarta-feira, no dia 14 de março de 2018. A notícia foi recebida com perplexidade pela população e promoveu uma onda de comoção e indignação. Cerca de vinte e quatro horas após o assassinato, textos, áudios e imagens com inverdades a respeito de Marielle começaram a circular pelo *WhatsApp*. Por volta do meio dia de sexta-feira, apareceram os primeiros compartilhamentos no *Twitter* com boatos relacionando a vereadora ao traficante Marcinho VP e à facção Comando Vermelho. Quatro horas mais tarde, “o site *Ceticismo Político* publicou um texto que teve papel fundamental na disseminação das falsas acusações. O *link* foi divulgado no *Facebook*” e, em seguida, o MBL “replicou a mensagem, ampliando ainda mais a repercussão” (CARIELLO; GRILLO, 2018).

A publicação em questão do *Ceticismo Político* repercutia as inverdades propagadas pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) Marília Castro, a qual, em um comentário no *Facebook*, declarou que a vereadora

possuía ligações com o Comando Vermelho e que havia descumprido “‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores”. Essa declaração foi denunciada pela jornalista Monica Bergamo em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, na qual apontou que a desembargadora afirmou que o comportamento de Marielle, “‘ditado por seu engajamento político’, foi determinante para a morte”. Bergamo em seu texto apontou também que a desembargadora afirmou em sua publicação que havia naquele momento da morte da vereadora “uma tentativa da esquerda de ‘agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro’” (BERGAMO, 2018).

A publicação do Ceticismo Político que foi compartilhada pelo MBL estava intitulada “Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é ‘cadáver comum’”. Dentro do tema Marielle nas redes sociais, essa postagem foi a mais compartilhada até o dia 17 de março, segundo o Monitor do Debate Público No Meio Digital. Os “boatos sobre Marielle Franco se difundiram no Facebook sobretudo de forma indireta, como notícias relatando a sua difusão, principalmente depois das declarações da desembargadora Marília Castro Neves”, apontou o Monitor em seu relatório. “Vários sites difundiram as declarações da desembargadora sem apontar que eram baseadas em fatos falsos – outros relataram as declarações criticamente”, completou o relatório. Havia publicações que mostravam que as declarações eram falsas, mas as duas mais compartilhadas corroboravam a opinião da desembargadora, sendo a primeira a publicação realizada pelo Ceticismo Político e a segunda pela Veja⁶.

⁶ A lista completa das publicações mapeadas pelo Monitor é a seguinte: “1. Ceticismo Político – *Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é ‘cadáver comum’* <https://www.ceticismopolitico.org/desembargadora-quebra.../> 232 mil compartilhamentos. 2. Veja - *Desembargadora diz que Marielle ‘estava engajada com bandidos’* <https://veja.abril.com.br/.../desembargadora-diz-que.../> 178 mil compartilhamentos. 3. GGN - *Desembargadora do TJRJ acusa Marielle de parceria com o Comando Vermelho* [https://jornalggn.com.br/.../desembargadora-do-tjrj-acusa.../](https://jornalggn.com.br/.../desembargadora-do-tjrj-acusa...) 39 mil compartilhamentos. 4. Folha de S. Paulo - *Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’* [https://www1.folha.uol.com.br/.../desembargadora-diz-que.../](https://www1.folha.uol.com.br/.../desembargadora-diz-que...) 37 mil compartilhamentos. 5. DCM - *Desembargadora que acusa Marielle de ser ligada ao Comando Vermelho soltou chefão da “máfia dos ingressos” na Copa* <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/desembargadora.../> 35 mil compartilhamentos. 6. Política na Rede - *Desembargadora ataca politização da morte da vereadora Marielle: ‘Estava envolvida com bandidos, é um cadáver comum’* [http://www.politicanarede.com/.../desembargadora-ataca.../](http://www.politicanarede.com/.../desembargadora-ataca...) 31 mil compartilhamentos. 7. Aos fatos - *Não, Marielle não foi casada com Marcinho VP, não engravidou aos 16 e não foi eleita pelo Comando Vermelho* <https://aosfatos.org/.../nao-marielle-nao-foi-casada-com.../> 30 mil compartilhamentos” (MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL, 2018)

A publicação foi compartilhada, segundo reportagem do *O Globo*, mais de trezentos e sessenta mil vezes no *Facebook* em cinco dias desde que foi publicada. Recebeu mais de um milhão de impressões no *twitter* em três dias. E foram compartilhadas mais de onze mil imagens também no *Twitter*. A reportagem apontou que o primeiro tuíte (publicação no *Twitter*) que cita uma falsa ligação entre Marielle e Marcinho VP foi realizada na sexta, 16 de março, às 12:28. Às 18:23 do mesmo dia, Luciano Ayan publicou o artigo citado anteriormente. Algumas horas depois, às 22:24, o MBL replica a postagem de Ayan em sua *fanpage* (CARIELLO; GRILLO, 2018).

No sábado, 17 de março de 2018, o Partido Socialismo e Liberdade e o escritório de advocacia E. Melo, J. Durães & S. Castro (EJS Advogadas), em função da acelerada disseminação de notícias falsas sobre Marielle Franco nas redes sociais, “solicitaram que a população ajudasse a identificar e denunciar, por meio de um endereço de e-mail, páginas e perfis do *Facebook* que estavam produzindo ou compartilhando calúnias. Foram recebidos mais de 18 mil e-mails”. Dessa maneira, foi possível mapear a rede de *fake news* a respeito de Marielle. “Foi esse conteúdo que embasou a ação judicial movida por Luyara Santos e Monica Benício, respectivamente filha e companheira de Marielle Franco, exigindo que o *Facebook* retirasse do ar algumas publicações com conteúdo calunioso e discurso de ódio”. Apresentaram, ao todo, sete imagens, as quais foram compartilhadas a partir de oito *fanpages*. O juiz responsável pela análise do caso, Jorge Novelle, deferiu tutela antecipada para que o réu *Facebook* fosse intimado a: “retirar, em 24 horas, todas as publicações, *posts* e vídeos dos *links* apontados na petição inicial” e também a “informar se os perfis de Luciano Ayan, Luciano Henrique Ayan, responsáveis pelas postagens na página *Ceticismo Político*, e o Movimento Brasil Livre patrocinaram os *posts* indicados na petição ou qualquer outro que afrontara” a vereadora (OLIVEIRA; TOLOTTI, 2020).

Dado o conteúdo da mensagem divulgada pelo MBL que trouxemos acima, o entendimento aqui é de que a motivação do MBL para disseminar desinformação a respeito de Marielle é caráter político-ideológico, com o objetivo claro de difamar a

imagem da vereadora e, conjuntamente, perpetuar a guerra contra a esquerda que o MBL realiza desde a sua fundação. Procura, dessa maneira, influenciar a opinião pública, adotando diferentes armas políticas, sendo uma delas a disseminação deliberada de desinformação. Através de campanhas difamatórias como essa realizada contra Marielle Franco, procuram disputar a opinião pública, manipulando-a, e coagir aquelas e aqueles que são, para o MBL, as suas e os seus inimigos; sendo, na maioria das vezes, as pessoas de esquerda enquadradas assim.

Não são raros os momentos em que o MBL adotou, juntamente com a campanha de desinformação, uma postura que configura crime de ameaça, injúria e difamação. É o caso, por exemplo, que realizaram com Sâmia Bomfim e sua então companheira de bancada, Isa Penna. Na madrugada de 7 de abril de 2017, as então vereadoras de São Paulo pelo PSOL receberam milhares de mensagens anônimas no *WhatsApp*, contendo calúnias, ameaças e agressões verbais. A razão para o envio, segundo os signatários, é o fato de as vereadoras “apoiarem a doutrinação nas escolas” (MBL ESTIMULA INTIMIDAÇÃO CONTRA VEREADORAS DO PSOL, 2017).

Há uma série de *prints* das mensagens recebidas pela vereadora. Em muitos deles é possível verificar o logotipo do MBL presente nas figuras usadas para promover ataques às parlamentares e divulgar o número de telefone das mesmas para incitar o ataque direto. A criação e publicização dessa imagem estimulando as pessoas a entrarem em contato com a vereadora ocorreu na mesma semana em que o vereador Fernando Holiday (DEM), à época integrante da coordenação nacional do MBL, visitou escolas na cidade de São Paulo, com o intuito de verificar se as professoras e professores estavam realizando doutrinação ideológica. A vereadora, diante disso, afirmou que a “visita [de Holiday] foi uma forma de intimidar [as e] os docentes e ‘censurar os professores nas escolas’” (VEREADORA É ATACADA POR WHATSAPP APÓS CRITICAR BLITZ DE COLEGA EM ESCOLAS, 2017).

A propagação de *fake news*, o esforço de construir a ideia de verdade socialmente aceita, estão fundamentadas na estratégia de repetir *ad infinintum* o

mesmo discurso, escrito de forma acessível e facilmente assimilável. Através dessa prática discursiva, o MBL busca criar o consenso acerca da legitimidade do antipetismo e em torno do projeto neoliberal. Como apontou Araldi, o MBL repete exaustivamente mensagens de fácil assimilação em relação ao PT e ao petismo, muitas das quais orientadas para a ação, e fomenta ideias prontas que limitam a reflexão dos integrantes sobre os temas abordados, em um discurso ideológico que não se apresenta como tal (ARALDI, 2017, p. 7.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento aqui é de que o MBL se trata de um partido voltado ao policiamento constante do Estado e dos governantes, em defesa do projeto de poder neoliberal. Tendo em vista que esse projeto é defendido pela classe dominante, o MBL atua, então, como uma “patrulha ideológica da burguesia”. Atua enquanto grupo de pressão diretamente sobre as diversas escalas do Estado, de modo a assegurar que, para os governantes, os interesses do capital estejam sempre em primeiro lugar. Progressivamente, isso processa uma espécie de “reprivatização não-oficial”, de forma a garantir e ocultar a dominação, para que os dominados não só se mantenham nessa condição, como também não se rebelam contra.

Para Gramsci, “uma associação pode ser chamada de ‘partido político’ somente quando possui sua própria doutrina constitucional, quando consegue concretizar e divulgar sua própria noção da ideia de Estado, quando consegue concretizar e divulgar entre as massas um programa de governo”. E, além disso, quando é capaz “de organizar praticamente – ou seja, em condições determinadas, com [mulheres e] homens reais e não com fantasmas abstratos de humanidade – um Estado” (GRAMSCI, 2004, p. 25).

Ao longo dos anos, o MBL realizou a construção disso de diversas maneiras, com destaque para o constante policiamento e pressão sobre políticos, seja para

defenderem e votarem favoravelmente nas propostas de caráter neoliberal, como o projeto Escola Sem Partido, ou, ainda, para dizerem sim à medida mais importante para a intensificação da aplicação da agenda neoliberal no país no período: a retirada de Dilma do governo. Isto possibilitou a implementação dessa agenda noutra escala, diferente do que ocorria nos governos anteriores.

No decorrer desse golpe muitas das ações intensificaram e radicalizaram fenômenos que vinham emergindo nos últimos anos, dentre eles: os constantes ataques e a deslegitimação das instituições; ataques à imprensa tradicional; visibilidade para políticos do baixo-clero, como Ronaldo Caiado, Onyx Lorenzoni e Jair Bolsonaro; criminalização das esquerdas, em especial, do PT e dos instrumentos da classe trabalhadora próximo a ele, como a CUT e o MST; maior visibilidade à militares, como o próprio Bolsonaro, mas também de outros que figuraram nas manifestações, parte deles próximos aos grupos intervencionistas nos atos.

A *orientação* de que haveria a necessidade de retirar a *esquerda* do poder e aprofundar a aplicação neoliberal já vinha, contudo, sendo realizada muitos anos antes, por uma série de organizações. Institutos, ideólogos, eventos, *blogs*, comunidades em redes sociais, movimentos, partidos não institucionalizados, como o Instituto Millenium, Livres, Mídia Sem Máscara, LIBER, Instituto Liberal, Fórum da Liberdade, e outros tantos já vinham pregando a necessidade disso pelo menos desde a eleição de Lula em 2003.

Neste sentido, o MBL, ainda que tenha sido criado em 2013 e retomado em 2014, emerge e está inserido em um processo de longo prazo, marcado pelo que Carlos Nelson Coutinho denominou de “reativação da sociedade civil” no processo de redemocratização, nos anos 1980 – o que, por sua vez, se expressou na criação de organizações, principalmente pela classe dominante, mas também pela classe trabalhadora, como é o caso do PT, CUT, MST, dentre tantos outros (COUTINHO, 1999, p. 215-219). A classe dominante, diante disso, promoveu a sua atuação na sociedade civil criando novas organizações ou reconfigurando e impulsionando os que

já existiam, como bem demonstrou Flavio Casimiro. A definição da nova direita, da qual o MBL faz parte, está relacionada a esse preâmbulo, em que a classe dominante reconfigura o seu *modus operandi* via organizações que, atuando na sociedade civil, paulatinamente passam também a ocupar a sociedade política (CASIMIRO, 2018).

O MBL está inserido plenamente nesse processo. A sua atuação vai, gradativamente, criando musculatura no âmbito da sociedade civil, aumentando o seu alcance, a sua capacidade de mobilização, articulação e reprodução de seus objetivos, valores, marcos ideológicos e programáticos, de forma que os seus interesses vão tomando amplitude e intensidade ao ponto de ultrapassarem os *limites* da sociedade civil e ocuparem a sociedade política. Não atoa o MBL, que foi retomado em novembro de 2014 se autodenominando como apartidário, rapidamente muda esse aspecto e passa a visar cadeiras no interior do Estado em sentido restrito, nas Câmaras municipais, estaduais e nacional, além de espaços no Executivo, seja via cargos comissionados, seja via eleição.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. Nashville. **Journal of Economic Perspectives**, n. 31, p. 211-236, abr. 2017.

AS 10 MARCAS MAIS VALIOSAS DO MUNDO EM 2020, SEGUNDO A FORBES. **IBE – Fundação Getúlio Vargas**. 2020. Disponível em: <https://www.ibe.edu.br/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2020-segundo-a-forbes/>. Acesso em 26 jan. 2020.

ANTUNES, Claudia. Tea party à brasileira: um debate com a nova direita. **Piauí**. 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/tea-party-a-brasileira/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ARALDI, Lucas. O antipetismo no MBL: um breve resumo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL; 18. 2017. Caxias do Sul. **Anais [...] Caxias do Sul: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. 2017.

BARBOZA, Mariana Queiroz. “Quem incita o ódio não sou eu, é a militância petista”. **Istoé**. 2015. Disponível em: https://istoe.com.br/409248_QUEM+INCITA+O+ODIO+NAO+SOU+EU+E+A+MILITANCIA+PETISTA+/. Acesso em: 15 jan. 2020.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.

BERGAMO, Monica. Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/03/desembargadora-diz-que-marielle-estava-envolvida-com-bandidos-e-e-cadaver-comum.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CARIELLO, Gabriel; GRILLO, Marco. Como ganhou corpo a onda de ‘fake news’ sobre Marielle Franco. **O Globo**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS FILHO, Alberto Rodrigues. **A batalha político-midiática do Movimento Brasil Livre: mídia, gênero e sexualidade como alvos da desinformação nas redes sociais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital. Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

EUROPEAN COMMISSION. **A multi-dimensional approach to disinformation: Report of the independent High Level Group on fake news and online disinformation**. Luxembourg. Publications Office of the European Union. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2018/03/relatorio-fake-news-comissao-europeia-1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

FLORES, Paulo. MBL: do discurso anticorrupção à proximidade com as fake news. **Nexo**. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/31/MBL-do-discurso-anticorrup%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-proximidade-com-as-fake-news>. Acesso em: 27 jan. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Org e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

KATAGUIRI, Kim. Primeiro discurso como Deputado Federal. **Youtube**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tvAH5lybOR8>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MARTÍN, María. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**. 2014a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html. Acesso em: 11 jan. 2021.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MBL ESTIMULA INTIMIDAÇÃO CONTRA VEREADORAS DO PSOL. **Sâmia**. 2017. Disponível em: <https://samiabomfim.com.br/blog/mbl-estimula-intimida%C3%A7%C3%A3o-contravereadoras-do-psol/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

MBL NÃO DEVE TER CANDIDATOS EM 2020. **LeiaJa**. 2019. Disponível em: <https://www.leiaja.com/politica/2019/09/21/mbl-nao-deve-ter-candidatos-em-2020/>. Acesso em: 9 ago. 2020.

MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **O ecossistema de sites e páginas do MBL**. Facebook: @monitordodebatepolitico. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/monitordodebatepolitico/photos/a.1067365179991611/1726190774109045/>. Acesso em? 20 jan. 2020.

MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **Difusão dos boatos sobre Marielle Franco na forma de links de notícias**. 2018. Facebook: @monitordodebatepolitico. Disponível em: <https://www.facebook.com/monitordodebatepolitico/posts/1718972154830907>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Manual de instruções para filiais municipais**. 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em: 26 jan. 2020.

OLIVEIRA, Felipe Moura; TOLOTTI, Gabrielle da Silva. Marielle Franco: polarização, *fake news* e pós-verdade. **Questões Transversais: Revista de Epistemologia da Comunicação**, v. 8, n. 15, jan./jun, 2020.

OSTERMANN, Fabio; TORRES, Juliano; MENEZES, Pedro. **I Manual dos Embaixadores. Estudantes Pela Liberdade**. 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12645366/i-manual-dos-embaixadores-epl-estudantes-pela-liberdade>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SALGADO, Daniel; GRILLO, Marco. Facebook derruba rede de fake news usada pelo MBL. **O Globo**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/facebook-derruba-rede-de-fake-news-usada-pelo-mbl-22917346>. Acesso em: 26 jan. 2020.

TOLEDO, Diego. Ex-colaboradores afirmam que MBL orientava ataques na internet; grupo nega. **Uol**. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/11/mbl-fake-news-difamacao-ex-colaboradores-luciano-avan-roger-scar.htm>. Acesso em: 26 jan. 2021.

VEREADORA É ATACADA POR WHATSAPP APÓS CRITICAR BLITZ DE COLEGA EM ESCOLAS. São Paulo. **R7**. 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/vereadora-e-atacada-por-whatsapp-apos-criticar-blitz-de-colega-em-escolas-13042017>. Acesso em: 27 jan. 2021.

VICTOR, Fabio. Notícias falsas existem desde o século 6, afirma historiador Robert Darnton. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859726-noticias-falsas-existem-desde-o-seculo-6-afirma-historiador-robert-darnton.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2021.

WARDLE, Claire. 2017. Notícias falsas. Es complicado. **El País**, Madrid, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://es.firstdraftnews.org/2017/03/14/noticias-falsas-es-complicado>. Acesso em: 21 jan. 2021.